



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA,
COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, DA
SEGUNDA EMISSÃO DE ABENGOA CONCESSÕES BRASIL HOLDING S.A.

Celebram este "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, da Segunda Emissão de Abengoa Concessões Brasil Holding S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão ("Debêntures"):

ABENGOA CONCESSÕES BRASIL HOLDING S.A., sociedade por ações sem registro de emissor de valores mobiliários perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Belisário Leite de Andrade Neto 80, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o n.º 07.872.408/0001-00, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 33.3.0028008-1, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia");

- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas"):

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ sob o n.º 36.113.876/0001-91, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"); e

- III. como fiadora e principal pagadora, solidariamente com a Companhia:

ABENGOA CONSTRUÇÃO BRASIL LTDA., sociedade limitada com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Belisário Leite de Andrade Neto 80, inscrita no CNPJ sob o n.º 04.651.067/0001-47, com seus atos constitutivos registrados perante a JUCERJA sob o NIRE 33.2.0677248-1, neste ato representada nos termos de seu contrato social ("Garantidora");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:





1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A emissão das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") ("Emissão"), a oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação das Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"), a outorga da Fiança (conforme definido abaixo), e a celebração desta Escritura de Emissão, e do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), serão realizadas com base nas deliberações:

- I. da assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 18 de novembro de 2013 ("AGE da Companhia"); e
- II. da reunião de administradores da Garantidora realizada em 18 de novembro de 2013 ("Reunião de Administradores da Garantidora").

2. REQUISITOS

2.1 A Emissão, a Oferta, a outorga da Fiança e da Garantia Estrangeira e a celebração desta Escritura de Emissão, da Carta de Garantia Estrangeira e do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários.* Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações:
 - (a) a ata da AGE da Companhia será arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal "Diário Mercantil"; e
 - (b) a ata da Reunião de Administradores da Garantidora será arquivada na JUCERJA;
- II. *inscrição e registro desta Escritura de Emissão.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e dos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão:
 - (a) inscritos na JUCERJA; e





(b) registrados ou averbados, conforme o caso, nos cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;

- III. *constituição da Garantia Estrangeira.* A Garantia Estrangeira (conforme definido abaixo) será formalizada por meio do "*Aval a Primer Requerimiento*", instrumento regido pela lei espanhola, nos termos do Anexo I a esta Escritura de Emissão, celebrado e formalizado em língua espanhola e em escritura pública por Abengoa S.A., sociedade com sede na Espanha ("Garantidora Estrangeira"), em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, tendo a Companhia como garantida (tal contrato e seus aditamentos, "Carta de Garantia Estrangeira"), e será constituída mediante (i) assinatura, pela Garantidora Estrangeira, da Carta de Garantia Estrangeira, com a intervenção de um notário espanhol, nos termos da lei espanhola; e (ii) entrega, ao Agente Fiduciário, da via original da Carta de Garantia Estrangeira devidamente assinada e notarizada;
- IV. *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP;
- V. *registro para negociação e custódia eletrônica.* Observado o disposto na Cláusula 5.4 abaixo, as Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- VI. *registro pela CVM.* A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação; e
- VII. *registro pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").* A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela ANBIMA, nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

Man

4 3 A 20





3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

- 3.1 A Companhia tem por objeto social a participação, direta ou indireta, em sociedades no Brasil e/ou no exterior, na área de construção, operação, manutenção e exploração econômica e comercial de empreendimentos privados e/ou públicos, além de concessões de serviços públicos de geração, transmissão de energia e serviços correlatos.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para o investimento em subsidiárias da Companhia no Brasil, existentes ou que venham a existir, por meio de subscrição e integralização de novas ações ou quotas da respectiva subsidiária.

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, sob o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, nos termos do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, da Segunda Emissão de Abengoa Concessões Brasil Holding S.A." ("Contrato de Distribuição"), com a intermediação de BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento ("Coordenador Líder"), instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").
- 5.2 *Prazo de Subscrição.* Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.
- 5.3 *Forma de Subscrição e de Integralização e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA, por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização"), e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração (conforme

Handwritten signatures and stamps at the bottom right of the page, including a circular stamp of ABENGOA BRASIL.



definido abaixo), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a respectiva Data de Integralização.

- 5.4 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21. As Debêntures somente poderão ser negociadas por meio do CETIP 21 depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data da respectiva subscrição ou aquisição, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados, exceto se a Companhia obtiver o registro de que trata o artigo 21 da Lei do Mercado de Valores Mobiliários.

6. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

- 6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a segunda emissão de debêntures da Companhia.
- 6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de até R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão.
- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas até 7.500 (sete mil e quinhentas) Debêntures, sendo que eventual saldo de Debêntures não colocado no âmbito da Oferta será cancelado pela Companhia por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão, sem a necessidade de realização de assembleia geral de Debenturistas.
- 6.4 *Valor Nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal"), observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476.
- 6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em série única.
- 6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador (conforme definido abaixo), e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.7 *Escriturador Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é o Banco Citibank S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista 1111, 2º andar-parte, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.479.023/0001-80 ("Escriturador").

17 au

4.3 A





- 6.8 *Banco Liquidante.* A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é o Banco Citibank S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Paulista 1111, 2º andar-parte, inscrita no CNPJ sob o n.º 33.479.023/0001-80 ("Banco Liquidante").
- 6.9 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- 6.10 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, e, adicionalmente, garantidas pela Fiança e pela Garantia Estrangeira, nos termos das Cláusulas 6.11 e 6.12 abaixo.
- 6.11 *Garantia Fidejussória.* A Garantidora, neste ato, se obriga, solidariamente com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadora, principal pagadora e solidariamente (com a Companhia) responsável por todas as obrigações da Companhia nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza, incluindo os previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil"), e dos artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"), pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), devidos pela Companhia e pela Garantidora nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão ("Fiança").
- 6.11.1 Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança e/ou da Garantia Estrangeira, conforme função que lhe é atribuída nesta Escritura de Emissão, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Companhia nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão. A Fiança e/ou a Garantia Estrangeira poderão ser executadas e exigidas pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva quitação de todas as obrigações garantidas, sendo certo que a não execução da Fiança e/ou da Garantia Estrangeira por parte do Agente Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução da Fiança e/ou da Garantia Estrangeira pelos Debenturistas.

13

all

13 A

2





- 6.11.2 A Fiança entrará em vigor na data de celebração desta Escritura de Emissão e permanecerá válida até o pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios, devidos pela Companhia, pela Garantidora nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão.
- 6.11.3 A Garantidora, desde já, concorda e se obriga a, (i) somente após a integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, exigir e/ou demandar a Companhia em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão; e (ii) caso receba qualquer valor da Companhia em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão antes da integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil (conforme definido abaixo) contado da data de seu recebimento, tal valor para pagamento aos Debenturistas, de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.
- 6.12 *Garantia Estrangeira.* Em garantia do integral e pontual cumprimento das obrigações pecuniárias, principais e acessórios, decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão, deverá ser constituída (e entregue ao Agente Fiduciário), até a 1ª (primeira) Data de Integralização, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, tendo a Companhia como garantida, garantia corporativa, nos termos da Carta de Garantia Estrangeira ("Garantia Estrangeira").
- 6.12.1 A Companhia deverá fornecer ao Agente Fiduciário, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da Data de Emissão, comprovação de que a Carta de Garantia Estrangeira foi devidamente notariada, consularizada, traduzida de forma juramentada e devidamente registrada no cartório de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Caso a Companhia não cumpra o prazo determinado neste item, tal prazo poderá ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias, mediante aprovação de assembleia geral de Debenturistas.
- 6.12.2 Em caso de inadimplemento, pela Companhia, após a devida notificação da inadimplência, a Garantia Estrangeira poderá ser imediatamente executada pelos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, por meio de ação

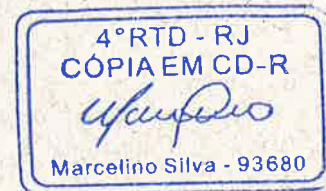
Handwritten notes and stamps at the bottom right of the page, including a circular stamp of the Agência Brasil and various initials and numbers.



de execução sumária (*acción ejecutiva*), perante os tribunais da Espanha, sendo aplicável o direito espanhol.

- 6.12.3 Em caso de processo de falência ou "concurso" iniciado na Espanha, de acordo com as leis da Espanha, quaisquer demandas trabalhistas, ações de autoridades fiscais por não pagamento de impostos ou de contribuições à seguridade social, entre outros qualificados por lei, terão prioridade sobre as demandas dos Debenturistas na execução da Garantia Estrangeira.
- 6.12.4 Caso seja necessária a excussão da Garantia Estrangeira, todos os custos decorrentes da contratação de assessores legais espanhóis, viagens, reuniões, obtenção de certidões, custas judiciais aplicáveis, dentre outros, a serem incorridos pelo Agente Fiduciário, serão de responsabilidade da Companhia, e serão adiantados pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia.
- 6.13 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 2 de dezembro de 2013 ("Data de Emissão").
- 6.14 *Prazo e Data de Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 3 (três) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 2 de dezembro de 2016 ("Data de Vencimento").
- 6.15 *Pagamento do Valor Nominal.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal de cada uma das Debêntures será amortizado em 4 (quatro) parcelas semestrais e sucessivas, na seguinte ordem:
- I. 2 (duas) parcelas, cada uma no valor correspondente a 5% (cinco por cento) do Valor Nominal, na Data de Emissão, de cada uma das Debêntures, devidas em 2 de junho de 2015 e 2 de dezembro de 2015;
 - II. 1 (uma) parcela no valor correspondente a 10% (dez por cento) do Valor Nominal, na Data de Emissão, de cada uma das Debêntures, devida em 2 de junho de 2016; e
 - III. 1 (uma) parcela, no valor correspondente ao saldo devedor do Valor Nominal, na Data de Emissão, de cada uma das Debêntures, devida na Data de Vencimento.
- 6.16 *Remuneração.* A remuneração de cada uma das Debêntures será a seguinte:
- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal de cada uma das Debêntures não será atualizado monetariamente; e

17 de
H 3 A
AJ
BRASIL



- II. *juros remuneratórios*: sobre o saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de 4,20% (quatro inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures, de amortização antecipada das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, nos meses de junho e dezembro de cada ano, no dia 2 (dois) do respectivo mês, ocorrendo o primeiro pagamento em 2 de junho de 2014 e o último, na Data de Vencimento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorDk \times FatorSpread$$

Sendo que:

Fator DI = produtório das Taxas DI-Over, desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior,

R. Ull.

A. 20





conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do produtivo, sendo " n " um número inteiro;

k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de "1" até " n ";

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem " k ", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem " k ", divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right\}$$

Sendo que:

$spread = 4,2000$; e

n = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo " n " um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

cel. 13
AJ
2



Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

- 6.16.1 Observado o disposto na Cláusula 6.16.2 abaixo, se, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, a Taxa DI não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Companhia, a Garantidora e/ou os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.
- 6.16.2 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou da data da proibição legal ou judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas para deliberar, em comum acordo com a Companhia e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia, a Garantidora e/ou os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão. Caso, na assembleia geral de Debenturistas prevista acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Companhia e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das

Handwritten signatures and initials: "elli", "B", "H 3 A", and a circular stamp of "AGÊNCIA BRASIL".



Debêntures em circulação, a Companhia se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação (sem prejuízo da Fiança ou da Garantia Estrangeira), com seu consequente cancelamento, no prazo de 5 (cinco) dias contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, o percentual correspondente à última Taxa DI divulgada oficialmente.

- 6.16.3 A Garantidora desde já concorda com o disposto nas Cláusulas 6.16.1 e 6.16.2 acima, declarando que o ali disposto não importará novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Companhia de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento de tal obrigação. A Garantidora, desde já, concorda e se obriga a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto na Cláusula 6.16.2 acima.
- 6.17 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.
- 6.18 *Resgate Antecipado Facultativo.* Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, e com aviso prévio aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.28 abaixo, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP, de 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor do resgate antecipado (sendo que, para os fins de cálculo do prêmio, o valor do resgate antecipado significa o saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento), correspondente a ("Prêmio"):

Handwritten initials and a circular stamp with the text "ARQUIVO BRASIL" and "AJ".



- I. 2,15% (dois inteiros e quinze centésimos por cento), caso o resgate antecipado ocorra entre a Data de Emissão (inclusive), e 3 de dezembro de 2014 (exclusive);
- II. 1,70% (um inteiro e setenta centésimos por cento), caso o resgate antecipado ocorra entre 3 de dezembro de 2014 (inclusive) e 3 de dezembro de 2015 (exclusive); e
- III. 1,20% (um inteiro e vinte centésimos por cento), caso o resgate antecipado ocorra entre 3 de dezembro de 2015 (inclusive) e a Data de Vencimento (exclusive).
- 6.19 *Amortização Antecipada Facultativa.* Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo, e com aviso prévio aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.28 abaixo, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP, de 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento, amortizações antecipadas sobre o saldo devedor do Valor Nominal da totalidade das Debêntures em circulação, mediante o pagamento de parcela do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação a ser amortizada, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior; conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio, incidente sobre o valor da amortização antecipada (sendo que, para os fins de cálculo do prêmio, o valor da amortização antecipada significa a parcela do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação a ser amortizada, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento), correspondente ao Prêmio (conforme definido na Cláusula 6.18 acima).
- 6.19.1 Os valores pagos a título de amortização do Valor Nominal serão sempre deduzidos de forma proporcional ao valor das parcelas vincendas de amortização do Valor Nominal constantes da Cláusula 6.19 acima, de forma automática e independentemente de qualquer formalidade adicional (inclusive independentemente de qualquer aditamento a esta Escritura de Emissão), mantendo-se inalteradas as datas de pagamento de amortização do Valor Nominal, bem como os percentuais constantes da Cláusula 6.15 acima.
- 6.20 *Aquisição Facultativa.* A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As



Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.

- 6.21 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.
- 6.22 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia e/ou pela Garantidora, nos termos desta Escritura de Emissão, serão realizados (i) pela Companhia, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal, à Remuneração, ao prêmio de resgate antecipado ou de amortização antecipada e aos Encargos Moratórios, para as Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; ou (ii) pela Companhia, nos demais casos, por meio do Escriturador ou na sede da Companhia, conforme o caso; ou (iii) pela Garantidora ou pela Garantidora Estrangeira, em qualquer caso, por meio do Escriturador ou na sede da Garantidora ou da Garantidora Estrangeira, conforme o caso.
- 6.23 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da CETIP, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional; (ii) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da CETIP, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo; e (iii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, qualquer dia no qual haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que não seja sábado ou domingo.
- 6.24 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia e pela Garantidora e/ou Garantidora Estrangeira aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração de mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de

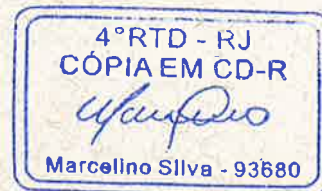
Handwritten signatures and initials are present at the bottom right of the page. There is a circular stamp that reads "ARQUIVO" and "AJ".



inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios").

- 6.25 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impuntualidade no pagamento.
- 6.26 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.
- 6.27 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.27.1 a 6.27.6 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia, pela Garantidora e pela Garantidora Estrangeira, do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos nas Cláusulas 6.27.1 abaixo e 6.27.2 abaixo (cada evento, um "Evento de Inadimplemento").
- 6.27.1 Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.27.3 abaixo:
- I. inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Garantidora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura de Emissão, na respectiva data de pagamento, não sanado no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento;
 - II. não constituição da Garantia Estrangeira, nos termos e prazos previstos na Cláusula 6.12 acima, ou caso a Garantia Estrangeira deixe de ser exequível ou válida de acordo com seus termos;

del. 17
H 3/A
ARQUIVA BRASIL
AJ



- III. inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Garantidora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento, sendo que o prazo previsto neste inciso não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo de cura específico ou para qualquer dos demais Eventos de Inadimplemento;
- IV. não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 4 acima;
- V. sentença transitada em julgado prolatada por qualquer juiz ou tribunal declarando a invalidade, nulidade ou inexecutibilidade desta Escritura de Emissão e/ou da Carta de Garantia Estrangeira (e/ou de qualquer de suas disposições);
- VI. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Companhia, pela Garantidora e/ou pela Garantidora Estrangeira, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou da Carta de Garantia Estrangeira, conforme aplicável, exceto se previamente autorizado por Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- VII. liquidação, dissolução ou extinção da Companhia, da Garantidora e/ou da Garantidora Estrangeira;
- VIII. (a) decretação de falência da Companhia, da Garantidora e/ou da Garantidora Estrangeira (ou instituto similar sob a lei espanhola); (b) pedido de autofalência formulado pela Companhia, pela Garantidora e/ou pela Garantidora Estrangeira (ou instituto similar sob a lei espanhola); (c) pedido de falência da Companhia, da Garantidora e/ou da Garantidora Estrangeira (ou instituto similar sob a lei espanhola), formulado por terceiros, não elidido no prazo legal; ou (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia, da Garantidora e/ou da Garantidora Estrangeira (ou instituto similar sob a lei espanhola), independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- IX. alteração ou transferência do controle (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Companhia e/ou da Garantidora;
- X. alteração relevante do objeto social da Companhia e/ou da Garantidora, conforme disposto em seu estatuto social ou contrato social, conforme o caso, vigente na Data de Emissão, que venha

all. 17
A
3
v





necessariamente a afetar de maneira objetiva quaisquer obrigações decorrentes da Emissão;

- XI. transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada (ou qualquer outro tipo de sociedade), nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- XII. fusão, cisão, incorporação, ou qualquer outra forma de reorganização societária que implique na mudança de controle direto ou indireto da Companhia e que não tenha sido previamente aprovada por Debenturistas representantes de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação;
- XIII. redução de capital social da Companhia, sem observância do disposto no artigo 174, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e/ou alteração do estatuto social da Companhia que implique a concessão de direito de retirada aos acionistas da Companhia;
- XIV. não pagamento na data de vencimento original de quaisquer obrigações financeiras da Companhia e/ou da Garantidora, no mercado local ou internacional, cujo valor não pago, individual ou agregado, seja superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, não sanado nos prazos de cura eventualmente previstos nos respectivos instrumentos;
- XV. protestos de títulos contra a Companhia cujo valor não pago, individual ou agregado, seja superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, salvo se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que devidamente comprovado pela Companhia, ou se for cancelado, ou ainda se for validamente contestado em juízo, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos contados da data do respectivo protesto;
- XVI. não cumprimento de qualquer decisão administrativa, arbitral, mandado de penhora ou processo semelhante ou sentença judicial transitada em julgado contra a Companhia e/ou a Garantidora, em valor, individual ou agregado, superior a R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas; e
- XVII. alienação de ativos pela Companhia sem a autorização prévia e expressa dos Debenturistas representantes de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, cujo valor total, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

alg. 17
4/3/A
v



6.27.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento não automático das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.27.4 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

- I. comprovação de que qualquer das declarações prestadas (a) pela Companhia ou pela Garantidora nesta Escritura de Emissão; ou (b) pela Garantidora Estrangeira na Carta de Garantia Estrangeira, é falsa ou incorreta em qualquer aspecto relevante;
- II. não fornecimento ao Agente Fiduciário, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da Data de Emissão, de comprovação de que a Carta de Garantia Estrangeira foi devidamente notariada, consularizada, traduzida de forma juramentada e devidamente registrada no cartório de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Caso a Companhia não cumpra o prazo determinado neste item, tal prazo poderá ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias, mediante aprovação de assembleia geral de Debenturistas;
- III. vencimento antecipado de qualquer dívida ou obrigação da Companhia, da Garantidora e/ou de qualquer Controlada (ainda que na condição de garantidora), em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas;
- IV. constituição de qualquer Ônus (conforme definido abaixo) sobre ativo(s) da Companhia e/ou da Garantidora, exceto:
 - (a) por Ônus constituídos em decorrência de *project finance* onde a Companhia seja fiadora, interveniente anuente, avalista ou devedora solidária;
 - (b) por Ônus constituídos para a tomada de recursos de empréstimos ponte para os projetos em construção; ou
 - (c) por Ônus constituídos para a tomada de capital de giro modalidade cessão de crédito, os quais são utilizados para financiar contas a pagar dos projetos.
- V. distribuição e/ou pagamento, pela Companhia, de dividendos, juros sobre o capital próprio ou quaisquer outras distribuições de lucros aos acionistas da Companhia, exceto pelos dividendos obrigatórios previstos no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nos termos do estatuto social da Companhia vigente na Data de Emissão, caso (a) a Companhia e/ou a Garantidora esteja(m) em

Handwritten signatures and stamps at the bottom right of the page, including a circular stamp with the text "ABENGOA BRASIL" and a signature.

mora com qualquer de suas obrigações pecuniárias estabelecidas nesta Escritura de Emissão; ou (b) tenha ocorrido e esteja vigente qualquer Evento de Inadimplemento;

- VI. não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, alvarás e/ou licenças necessárias para o regular exercício das atividades pela Companhia e/ou pela Garantidora, exceto questões pontuais relacionadas a uma ou mais unidades da Companhia e/ou da Garantidora que não afetem materialmente e de forma adversa as suas respectivas atividades;
 - VII. ato de qualquer autoridade governamental com o objetivo de sequestrar, expropriar, nacionalizar, desapropriar ou de qualquer modo adquirir, compulsoriamente, a totalidade ou parte substancial dos ativos, das propriedades e/ou, das ações ou quotas representativas do capital social da Companhia e/ou da Garantidora;
 - VIII. ocorrência de eventos que possam afetar de forma substancial a capacidade operacional, legal ou financeira da Companhia, da Garantidora e/ou da Garantidora Estrangeira, e que não permitam o cumprimento das obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou na Carta de Garantia Estrangeira; e
 - IX. caso não seja atribuído *rating* às Debêntures, pela agência de classificação de risco, em até 40 (quarenta) dias contados da Data de Emissão, nos termos da Cláusula 7.1 abaixo, inciso IX.
- 6.27.3 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.27.1 acima, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, desde que esgotado o prazo de cura específico expressamente previsto no respectivo item, se aplicável.
- 6.27.4 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.27.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.6.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto em lei. Se, na referida assembleia geral de Debenturistas, Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, decidirem por não declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida assembleia geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá,

imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures.

- 6.27.5 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, a Companhia se obriga a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação (sem prejuízo da Fiança e da Garantia Estrangeira), com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, pela Garantidora e pela Garantidora Estrangeira nos termos desta Escritura de Emissão e/ou da Carta de Garantia Estrangeira, conforme aplicável, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficarem obrigadas, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.
- 6.27.6 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução da Fiança e/ou da Garantia Estrangeira, na medida em que forem sendo recebidos, deverão ser imediatamente aplicados na amortização ou quitação do saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures. Caso os recursos recebidos em pagamento das obrigações decorrentes das Debêntures, inclusive em decorrência da excussão ou execução da Fiança e/ou da Garantia Estrangeira, não sejam suficientes para quitar simultaneamente todas as obrigações decorrentes das Debêntures, tais recursos deverão ser imputados na seguinte ordem, de tal forma que, uma vez quitados os valores referentes ao primeiro item, os recursos sejam alocados para o item imediatamente seguinte, e assim sucessivamente: (i) quaisquer valores devidos pela Companhia, pela Garantidora e/ou pela Garantidora Estrangeira nos termos desta Escritura de Emissão e/ou da Carta de Garantia Estrangeira, conforme aplicável, que não sejam os valores a que se referem os itens (ii) e (iii) abaixo; (ii) Remuneração, Encargos Moratórios e demais encargos devidos sob as obrigações decorrentes das Debêntures; e (iii) saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures em circulação. A Companhia e a Garantidora permanecerão responsáveis pelo saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures que não tiverem sido pagas, sem prejuízo dos acréscimos de Remuneração, Encargos Moratórios e outros encargos incidentes sobre o saldo devedor das obrigações decorrentes das Debêntures enquanto não forem pagas, declarando a Companhia e a Garantidora, neste ato, se tratar de dívida líquida e certa, passível de cobrança extrajudicial ou por meio de processo de execução judicial.



6.27.7 Para os fins desta Escritura de Emissão:

- I. "Controlada" significa qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) pela Companhia e/ou pela Garantidora;
- II. "Controladora" significa qualquer controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, incluindo fundos de investimento) da Companhia e/ou da Garantidora; e
- III. "Ônus" significa hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, direito de preferência, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima;

6.28 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOERJ e no jornal "Diário Mercantil", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado, devendo a Companhia comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data de sua realização. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

6.29 *Comunicações.* Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações realizadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.



I. para a Companhia:

Abengoa Concessões Brasil Holding S.A.

Av. Belisário Leite de Andrade Neto 80

22261-270 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Jorge Raul Bauer

Telefone: (21) 3216-3300

Fac-símile: (21) 2421-1432

Correio Eletrônico: jorge.bauer@abengoabrasil.com

II. para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio

Downtown, Barra da Tijuca

22640-100 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Gustavo Dezouart

Sra. Monique Garcia

Telefone: (21) 3514-0000

Fac-símile: (21) 35140099

Correio Eletrônico: gustavo.dezouart@oliveiratrust.com.br

ger3.agente@oliveiratrust.com.br

III. para a Garantidora:

Abengoa Construção Brasil Ltda.

Av. Belisário Leite de Andrade Neto 80

22261-270 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Jorge Raul Bauer

Telefone: (21) 3216-3300

Fac-símile: (21) 2421-1432

Correio Eletrônico: jorge.bauer@abengoabrasil.com

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA E DA GARANTIDORA

7.1 A Companhia e a Garantidora, de forma solidária, estão adicionalmente obrigadas a:

- I. exclusivamente com relação à Companhia, disponibilizar em sua página na Internet e fornecer ao Agente Fiduciário, na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Companhia auditadas por auditor independente registrado na CVM, dentre Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, Ernst & Young Terco Auditores Independentes, KPMG Auditores

Handwritten signatures and stamps at the bottom right of the page, including a circular stamp with the text "ABENGOA BRASIL" and "AJ".



Independentes e PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes ("Auditor Independente"), relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM ("Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia"), acompanhada do organograma societário atualizado da Companhia;

II. exclusivamente com relação à Garantidora, fornecer ao Agente Fiduciário, na data em que ocorrer primeiro entre o decurso de 3 (três) meses contados da data de término de cada exercício social ou a data da efetiva divulgação, cópia das demonstrações financeiras consolidadas da Garantidora, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e, se aplicável, com as regras emitidas pela CVM;

III. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) declaração firmada pelos representantes legais da Companhia, da Garantidora e da Garantidora Estrangeira, atestando o cumprimento das obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão, em especial, a não ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento;
- (b) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
- (c) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ocorrência, informações a respeito da ocorrência (i) de qualquer inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Garantidora e/ou pela Garantidora Estrangeira, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão ou na Carta de Garantia Estrangeira (conforme aplicável); e/ou (ii) de qualquer Evento de Inadimplemento;
- (d) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia, pela Garantidora e/ou pela Garantidora Estrangeira, relacionada (i) a qualquer inadimplemento, pela Companhia, pela Garantidora e/ou pela Garantidora Estrangeira, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e/ou na Carta de Garantia Estrangeira, conforme aplicável; e/ou (ii) a um Evento de Inadimplemento;
- (e) no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que possa causar (i) qualquer efeito adverso relevante

Handwritten signatures and stamps at the bottom right, including a circular stamp of the Brazilian Securities Commission (CVM) and a rectangular stamp of the 4th Regional Court of Rio de Janeiro (4° RTD - RJ).



- na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais e/ou nas perspectivas da Companhia, da Garantidora, da Garantidora Estrangeira e/ou de qualquer Controlada; e/ou (ii) qualquer efeito adverso na capacidade da Companhia, da Garantidora e/ou da Garantidora Estrangeira de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou da Carta de Garantia Estrangeira, conforme aplicável ("Efeito Adverso Relevante");
- (f) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário;
 - (g) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva celebração, cópia do protocolo de apresentação desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCERJA e os competentes cartórios de registro de títulos e documentos;
 - (h) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCERJA e registro ou averbação perante os competentes cartórios de registro de títulos e documentos, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos;
 - (i) no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de veiculação, cópia do relatório de reavaliação anual da agência classificadora de risco das Debêntures, contratada na forma do inciso IX abaixo;
 - (j) no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da 1ª (primeira) Data de Integralização, declaração firmada por representantes legais da Companhia e acerca da utilização dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 4 acima; e
 - (k) no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias contados da Data de Emissão, comprovação de que a Carta de Garantia Estrangeira foi devidamente notariada, consularizada, traduzida de forma juramentada e devidamente registrada no cartório de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. Caso a Companhia não cumpra o prazo determinado neste item, tal prazo poderá ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias, mediante aprovação de assembleia geral de Debenturistas;

Handwritten signatures and initials: "ali", "B", "v", "A", "3", "11".



- IV. cumprir, e fazer com que as Controladas cumpram, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- V. manter, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto questões pontuais relacionadas a uma ou mais unidades da Companhia e/ou da Garantidora que não afetem materialmente e de forma adversa às suas respectivas atividades;
- VI. manter, e fazer com que as Controladas mantenham, seguro adequado para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes de mercado;
- VII. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- VIII. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Banco Liquidante, o Auditor Independente, o sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (MDA) e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21);
- IX. contratar e manter contratada, às suas expensas, pelo menos uma agência de classificação de risco, a ser escolhida entre a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's, para realizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures, devendo, ainda, com relação a pelo menos uma agência de classificação de risco, (a) atualizar a classificação de risco (*rating*) das Debêntures anualmente, contado da data do respectivo relatório, até a Data de Vencimento; (b) divulgar ou permitir que a agência de classificação de risco divulgue amplamente ao mercado os relatórios com as súmulas das classificações de risco; (c) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de sua veiculação; e (d) comunicar, na mesma data, ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco; observado que, caso a agência de classificação de risco contratada cesse suas atividades no Brasil, tenha seu registro ou reconhecimento, perante a CVM, para atuação como agência de classificação de risco, cancelado, ou, por qualquer

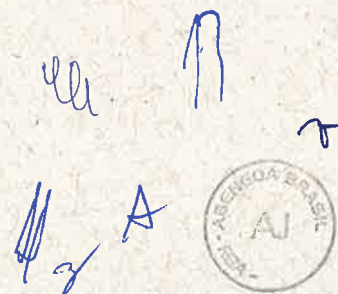
Handwritten notes and signatures at the bottom right of the page, including the number 13 and a signature.





motivo, esteja ou seja impedida de emitir a classificação de risco das Debêntures, a Companhia deverá (i) contratar outra agência de classificação de risco sem necessidade de aprovação dos Debenturistas, bastando notificar o Agente Fiduciário, desde que tal agência de classificação de risco seja a Standard & Poor's, a Fitch Ratings ou a Moody's; ou (ii) caso a agência de classificação de risco não esteja entre as indicadas no item (i) acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, notificar o Agente Fiduciário e convocar assembleia geral de Debenturistas para que estes definam a agência de classificação de risco substituta;

- X. realizar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Companhia e, se aplicável, da Garantidora e/ou da Garantidora Estrangeira;
- XI. realizar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso I; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso II;
- XII. notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer assembleia geral de Debenturistas;
- XIII. convocar, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, assembleia geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário deva fazer, nos termos da lei e/ou desta Escritura de Emissão, mas não o faça no prazo aplicável;
- XIV. comparecer, por meio de seus representantes, às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitadas;
- XV. em caso de substituição do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.3 abaixo, comunicar, na data em que tiver conhecimento, tal substituição à Garantidora Estrangeira; e
- XVI. exclusivamente com relação à Companhia, sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476:
 - (a) preparar as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, em conformidade



com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;

- (b) submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
- (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar em sua página na Internet e enviar à CETIP as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
- (d) por um prazo de 3 (três) anos contados da respectiva data de divulgação, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima em sua página na Internet;
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
- (f) divulgar, em sua página na Internet, a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e à CETIP; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, declarando que:

- I. é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;

- III. o(s) representante(s) legal(is) do Agente Fiduciário que assina(m) esta Escritura de Emissão tem(têm), conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatário(s), tem(têm) os poderes legitimamente outorgados, estando o(s) respectivo(s) mandato(s) em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas (a) não infringem o estatuto social do Agente Fiduciário; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;
- VI. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- VII. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- VIII. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base nas informações prestadas pela Companhia e pela Garantidora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu qualquer procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das informações apresentadas;
- IX. verificou (a) que a regularidade da constituição da Fiança se dá mediante a assinatura desta Escritura de Emissão, sendo certo que sua oponibilidade perante terceiros está sujeita aos registros previstos na Cláusula 2.1 acima, inciso II, alínea (b); e (b) que a Garantia Estrangeira será constituída até a 1ª (primeira) Data de Integralização, nos termos da Cláusula 2.1 acima, inciso III e da Cláusula 6.12 acima, sendo certo que para produzir efeitos legais no território brasileiro encontrar-se-á condicionada aos procedimentos previstos na Cláusula 6.12.1 acima, bem como sua execução somente poderá ser realizada pelos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, perante os tribunais da Espanha, nos termos

- da Cláusula 6.12.2 acima, devendo observar a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão;
- X. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- XI. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- XII. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- XIII. não tem qualquer ligação com a Companhia, com a Garantidora e/ou com a Garantidora Estrangeira que o impeça de exercer suas funções;
- XIV. na data de celebração desta Escritura de Emissão, conforme organograma encaminhado pela Companhia, o Agente Fiduciário identificou que presta serviços de agente fiduciário nas seguintes emissões: primeira emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória prestada pela Garantidora, no valor de R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), na data de emissão, qual seja, 17 de maio de 2013, representada por 7.500 (sete mil e quinhentas) debêntures, com prazo de 60 (sessenta) meses contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 17 de maio de 2018, não tendo ocorrido, até a data de celebração desta Escritura de Emissão, qualquer evento de resgate, amortização, conversão, repactuação ou inadimplemento; e
- XV. tendo em vista o disposto no inciso XIV acima, assegurará tratamento equitativo a todos os Debenturistas e a todos os titulares das debêntures a que se refere o inciso XIV acima.
- 8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação de todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, ou até sua efetiva substituição.
- 8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar assembleia geral de Debenturistas para esse fim;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM-28; e (b) se em caráter permanente, deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão realizados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.28 e 6.29 acima;



- IX. é facultado aos Debenturistas ou ao agente fiduciário substituto, comunicar a substituição do Agente Fiduciário à Garantidora Estrangeira, caso a Companhia não cumpra a obrigação prevista na Cláusula 7.1 acima, inciso XV; e
- X. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.
- 8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:
- I. receberá uma remuneração:
- (a) de R\$3.500,00 (três mil e quinhentos reais) por ano, devida pela Companhia (sem prejuízo da Fiança), sendo a primeira parcela da remuneração devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes, até o vencimento da Emissão, ou enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas;
 - (b) adicional, em caso de inadimplemento, pecuniário ou não, e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, bem como atendimento à solicitações extraordinárias, equivalente a R\$400,00 (quatrocentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado às atividades relacionadas à Emissão e às Debêntures, a ser paga no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, e aprovação, pela Companhia, do relatório de horas, referente às atividades de (i) assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação requerido pela Companhia; (ii) comparecimento em reuniões formais com a Companhia e/ou Debenturistas e/ou assembleias gerais de Debenturistas; (iii) implementação das decisões tomadas pelos Debenturistas; (iv) execução da Fiança; e (v) execução da Garantia Estrangeira;
 - (c) no caso de celebração de aditamentos à esta Escritura de Emissão ou à Carta de Garantia Estrangeira, bem como nas horas dispensadas em reuniões externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$400,00 (quatrocentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços;

Handwritten signatures and initials: "dq", "H. r", "H 3 A", and a circular stamp of the "AGÊNCIA BRASIL" with the letter "A" in the center.



- (d) reajustada anualmente, desde a data de pagamento da primeira parcela, pela variação do Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), ou do índice que eventualmente o substitua, calculada *pro rata temporis*, se necessário;
- (e) acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, da Contribuição ao Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR e de quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento;
- (f) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Companhia e/ou pela Garantidora e/ou pela Garantidora Estrangeira, casos em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor da alínea (a) acima, reajustado conforme a alínea (d) acima;
- (g) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, de (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (iii) atualização monetária pelo IGPM, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e
- (h) a remuneração prevista nesta Cláusula 8.4 não inclui as despesas razoáveis com publicações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Companhia, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após, sempre que possível, prévia aprovação. Não estão incluídas, igualmente, despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria

Handwritten signatures and initials: "M", "B", "A", and a circular stamp of the "CASA DE MONEDA BRASIL" with the letter "A" inside.

e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário;

- II. observado o disposto no item V abaixo, será reembolsado pela Companhia (sem prejuízo da Fiança ou da Garantia Estrangeira) por todas as despesas que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de entrega de cópia dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela Companhia, as quais serão consideradas aprovadas caso a Companhia não se manifeste no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:
- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos, notificações e outros, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
 - (b) extração de certidões;
 - (c) transporte, viagens, alimentação e estadias, quando necessárias ao desempenho de suas funções nos termos desta Escritura de Emissão;
 - (d) despesas com contatos telefônicos e conferências telefônicas;
 - (e) despesas com especialistas, tais como auditoria e fiscalização; e
 - (f) contratação de assessoria jurídica aos Debenturistas;
- III. observado o disposto no item V abaixo, poderá, em caso de inadimplência da Companhia e/ou da Garantidora e/ou da Garantidora Estrangeira no pagamento das despesas a que se referem os incisos I e II acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas; na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia (sem prejuízo da Fiança ou da Garantia Estrangeira), sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente



Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência;

- IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à dívida da Companhia e da Garantidora, tendo preferência sobre esta na ordem de pagamento; e
 - V. caso seja necessária a excussão da Garantia Estrangeira, todos os custos decorrentes da contratação de assessores legais espanhóis, viagens, reuniões, obtenção de certidões, custas judiciais aplicáveis, dentre outros, a serem incorridos pelo Agente Fiduciário, serão de responsabilidade da Companhia, e serão adiantados pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia.
- 8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:
- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
 - II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto na Cláusula 8.4 acima, inciso I, alínea (e), e na Cláusula 8.4 acima, incisos II e III; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
 - III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
 - IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
 - V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência, demais papéis e arquivos eletrônicos relacionados com o exercício de suas funções;

Handwritten notes and stamps at the bottom right of the page, including the number 17, the letter A, and a circular stamp of the ARCA (Associação Brasileira de Registros e Cartas de Autenticidade).



- VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VII. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia ou a Garantidora não o façam, a inscrição e/ou o registro desta Escritura de Emissão e as respectivas averbações de seus aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- X. verificar a regularidade da constituição da Fiança, da Garantia Estrangeira e dos valores dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão;
- XI. solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia e/ou da Garantidora, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Companhia e/ou da Garantidora, conforme o caso;
- XII. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia e/ou na Garantidora;
- XIII. convocar, quando necessário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo;
- XIV. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XV. elaborar, no prazo legal, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo, devendo, para tanto, a Companhia e a Garantidora enviar todas as informações financeiras, atos societários e organograma do grupo societário da Companhia (que deverá conter os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e os integrantes de bloco de controle) e atos societários necessários à

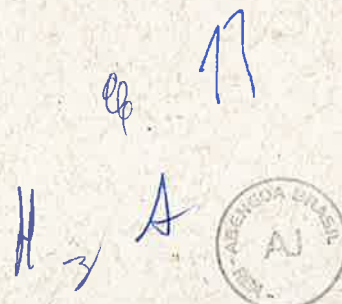
Handwritten marks: "uhy", "17", "v", "11/3 A", and a circular stamp with "AJ" in the center.



realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:

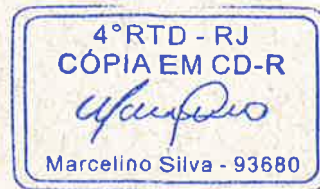
- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia e/ou pela Garantidora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia e/ou pela Garantidora;
- (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
- (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
- (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
- (e) resgate, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures realizadas pela Companhia;
- (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Companhia;
- (g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
- (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia, pela Garantidora e pela Garantidora Estrangeira nos termos desta Escritura de Emissão e/ou da Carta de Garantia Estrangeira, conforme aplicável;
- (i) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Companhia e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
- (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

XVI. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XV acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no



local por ela indicado, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder;

- XVII. publicar, às expensas da Companhia (sem prejuízo da Fiança ou da Garantia Estrangeira), nos termos da Cláusula 6.28 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVI acima;
- XVIII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP; sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações realizadas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XIX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e da Carta de Garantia Estrangeira, inclusive (a) daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e (b) daquelas relativas à obrigação de manutenção da contratação de agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures, e à obrigação de dar ampla divulgação da atualização do relatório de classificação de risco das Debêntures, nos termos da Cláusula 7.1 acima, inciso IX;
- XX. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, ou, caso não seja possível, nos termos da Cláusula 6.28 acima, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Companhia, pela Garantidora e/ou pela Garantidora Estrangeira, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão e/ou na Carta de Garantia Estrangeira, conforme aplicável, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM e à CETIP;
- XXI. divulgar as informações referidas no inciso XV acima, alínea (i), em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento; e
- XXII. divulgar aos Debenturistas e demais participantes do mercado, em sua página na Internet e/ou em sua central de atendimento, em cada Dia Útil, o saldo devedor unitário das Debêntures, calculado pela Companhia e confirmado pelo Agente Fiduciário.



- 8.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia, pela Garantidora e/ou pela Garantidora Estrangeira, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e/ou na Carta de Garantia Estrangeira, conforme aplicável, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.27 acima (e subcláusulas), conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:
- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;
 - II. observadas as disposições desta Escritura de Emissão e da Carta de Garantia Estrangeira, executar a Fiança e a Garantia Estrangeira, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, aos Debenturistas;
 - III. requerer a falência da Companhia e da Garantidora, se não existirem garantias reais;
 - IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
 - V. representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia, da Garantidora e/ou da Garantidora Estrangeira.
- 8.6.1 Observado o disposto na Cláusula 6.27 acima (e subcláusulas), o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I a IV, se, convocada a assembleia geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso V, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.
- 8.7 O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 8.8 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, obrigando-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções

all: R
10
H 3 A
ARQUIVO
AJ



- que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei, pela Cláusula 8.5 acima e pelas demais disposições desta Escritura de Emissão. Nesse sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e reproduzidas perante a Companhia, a Garantidora e a Garantidora Estrangeira.
- 8.9 A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura de Emissão, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido das disposições legais e regulamentares aplicáveis e desta Escritura de Emissão.
9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS
- 9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.
- 9.2 As assembleias gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.
- 9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.28 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas.
- 9.4 As assembleias gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.
- 9.5 A presidência e a secretaria das assembleias gerais de Debenturistas caberão aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas, a cada uma das Debêntures em circulação caberá um voto, admitida a constituição de

ell. 17
no
H A
CABEÇA DE BARRIL



mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 51% (cinquenta e um por cento) das Debêntures em circulação.

9.6.1 Não estão incluídos no quórum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:

- I. os quóruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
 - II. as alterações, que somente poderão ser propostas pela Companhia, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, (a) das disposições desta Cláusula; (b) de qualquer dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 6.16.2 acima; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) da espécie das Debêntures; (g) da Fiança; (h) da Garantia Estrangeira; (i) da criação de evento de repactuação; (j) das disposições relativas a resgate antecipado facultativo; (k) das disposições relativas a amortizações antecipadas facultativas; (l) da criação de evento de oferta facultativa de resgate antecipado; ou (m) da redação de qualquer Evento de Inadimplemento, observado que, ocorrendo a renúncia ou o perdão temporário a um Evento de Inadimplemento, aplicar-se-á o disposto na Cláusula 9.6 acima.
- 9.7 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e integralizadas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia e/ou à Garantidora ou Garantidora Estrangeira; (ii) a qualquer Controladora, a qualquer Controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.
- 9.8 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, serão válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão todos os Debenturistas, independentemente de seu comparecimento ou voto na respectiva assembleia geral de Debenturistas.
- 9.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Handwritten signatures and initials: "alle. 13" and "10".
Handwritten initials: "H z A".
Circular stamp: "ARABIA EASL" with "AJ" in the center.



9.10 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DA GARANTIDORA

10.1 A Companhia e a Garantidora, de forma solidária, neste ato, na Data de Emissão e em cada Data de Integralização, declaram que:

- I. a Companhia é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, sem registro de emissor de valores mobiliários perante a CVM e a Garantidora é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade limitada, de acordo com as leis brasileiras;
- II. estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas e à realização da Emissão e da Oferta, e à outorga da Fiança, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
- III. os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm, conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Companhia ou da Garantidora, conforme o caso, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Companhia e da Garantidora, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas e a realização da Emissão e da Oferta e a outorga da Fiança (a) não infringem o estatuto social da Companhia ou o contrato social da Garantidora; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia e/ou a Garantidora seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia e/ou a Garantidora seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; ou (ii) rescisão

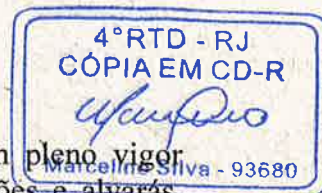
all. 13 no
H 3 A



de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer Ônus sobre qualquer ativo da Companhia e/ou da Garantidora; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Companhia, a Garantidora e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia, a Garantidora e/ou qualquer de seus ativos;

- VI. estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento;
- VII. têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia e da Garantidora, em observância ao princípio da boa-fé;
- VIII. as informações prestadas por ocasião da Oferta são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- IX. os documentos e informações fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
- X. as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Companhia naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- XI. estão, assim como as Controladas, cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- XII. estão, assim como as Controladas, em dia com o pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;

all. 17
3 A



- XIII. possuem, válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor, todas as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto questões pontuais relacionadas a uma ou mais unidades da Companhia e/ou da Garantidora que não afetem materialmente e de forma adversa as suas respectivas atividades;
- XIV. inexistem, inclusive em relação às Controladas, (a) descumprimento de qualquer disposição contratual relevante, legal ou de qualquer ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer processo, judicial, administrativo ou arbitral, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa causar um Efeito Adverso Relevante; ou (ii) visando a anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão; e
- XV. não há qualquer ligação entre a Companhia ou a Garantidora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções.
- 10.2 A Companhia e a Garantidora, de forma solidária, irrevogável e irretroatável, se obrigam a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.
- 10.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2 acima, a Companhia e a Garantidora obrigam-se a notificar, na mesma data em que tomar conhecimento, o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima seja falsa e/ou incorreta em qualquer das datas em que foi prestada.
11. DESPESAS
- 11.1 Correrão por conta da Companhia e da Garantidora todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, da Fiança e/ou da Garantia Estrangeira, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Banco Liquidante, do Auditor Independente, da(s) agência(s) de classificação de risco e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures, à Fiança e/ou à Garantia Estrangeira.

Handwritten signatures and initials: "17", "A", "4", "3", and a circular stamp of the "Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro" (Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro) with the initials "AJ" in the center.



12. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 12.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 12.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas.
- 12.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 12.5 As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil.
- 12.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 461-A, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

13. LEI DE REGÊNCIA

- 13.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

14. FORO

- 14.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

all. R ro
1/3 A



Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

• Rio de Janeiro, 22 de novembro de 2013.

(As assinaturas seguem nas 4 (quatro) páginas seguintes.)

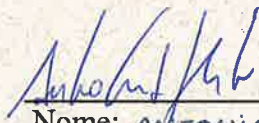
(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)

Handwritten signatures and initials: "A", "B", "C", "D", "E", "F", "G", "H", "I", "J", "K", "L", "M", "N", "O", "P", "Q", "R", "S", "T", "U", "V", "W", "X", "Y", "Z".



Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, da Segunda Emissão de Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., celebrado em 22 de novembro de 2013, entre Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Abengoa Construção Brasil Ltda. –
Página de Assinaturas 1/4.

ABENGOA CONCESSÕES BRASIL HOLDING S.A.



Nome: ANTONIO LISBOA SALES NETO
Cargo: DIRETOR



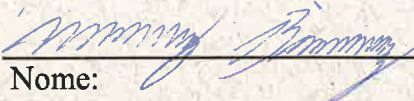
Nome: JORGE RAUL BAUER
Cargo: DIRETOR




Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, da Segunda Emissão de Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., celebrado em 22 de novembro de 2013, entre Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Abengoa Construção Brasil Ltda. –
Página de Assinaturas 2/4.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.


Nome: _____
Cargo: MARIA CAROLINA VIEIRA ABRANTES
PROCURADORA


Nome: _____
Cargo: HENRIQUE BRETAS DE NORONHA JUNIOR
PROCURADOR

11 A 13 10




Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, da Segunda Emissão de Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., celebrado em 22 de novembro de 2013, entre Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Abengoa Construção Brasil Ltda. —
Página de Assinaturas 3/4.

ABENGOA CONSTRUÇÃO BRASIL LTDA.

Nome: ANTONIO LISBOA SALLES NETO
Cargo: DIRETOR


Nome: JORGE RAUK BAUER
Cargo: DIRETOR


Handwritten marks: "3", "A", "M", "R", and a circular stamp with "ABENGOA BRASIL" and "AJ".




Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública, com Esforços Restritos de Colocação, de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória, da Segunda Emissão de Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., celebrado em 22 de novembro de 2013, entre Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. e Abengoa Construção Brasil Ltda. – Página de Assinaturas 4/4.

Testemunhas:


Nome: Helio Otavio Sampaio Bonora
Id.: 10217889-4
CPF/MF: 085.862.577-61


Nome: Vitor Miranda Bezerra
Id.: 27.364.324-7
CPF/MF: 145.802.897-65



del
11
A


INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA,
COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, DA
SEGUNDA EMISSÃO DE ABENGOA CONCESSÕES BRASIL HOLDING S.A.

ANEXO I

CARTA DE GARANTIA ESTRANGEIRA

Registro de Títulos e Documentos

4º Ofício - RJ

Anexo ao Documento Arquivado

**PÓLIZA DE
GARANTÍA A PRIMER REQUERIMIENTO**

En Madrid, a [] de noviembre de 2013, con intervención de Don [], Notario de Madrid y de su Ilustre Colegio.

ABENGOA, S.A., con domicilio social en Sevilla, en Campus Palmas Altas, calle Energía Solar, 1, y con C.I.F. número A-41.002.288 (en adelante, el “**Garante**”), representada en este acto por [•], con D.N.I. número [•], en virtud de escritura de poder otorgada en fecha [•] ante el Notario de [•], D. [•], con número [•] de su protocolo.

Por medio del presente documento, el Garante se constituye garante solidario y otorga una **GARANTÍA SOLIDARIA A PRIMER REQUERIMIENTO**, tan amplia y bastante como en Derecho sea necesario, en garantía del cumplimiento por parte de la sociedad **ABENGOA CONCESSÕES BRASIL HOLDING, S.A.**, constituida bajo las leyes de Brasil, con CNPJ/MF número 07.872.408/0001-00 y con domicilio social en Rio de Janeiro, Barra da Tijuca, Av. Belisário Leite de Andrade Neto, 80 (en adelante, el “**Emisor**”) de las Obligaciones Garantizadas (tal y como dicho término se define más adelante), en beneficio de los bonistas (en adelante, los “**Debenturistas**”) actuando a través del agente fiduciario **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, institución financiera debidamente constituida y existente de conformidad con las leyes vigentes en Brasil, con domicilio social en la Ciudad de Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, Avenida das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrita bajo el número CNPJ/MF 36.113.876/0001-91, actuando como agente fiduciario, nombrado en la Emisión (tal y como este término se define más adelante), representando al conjunto de los Debenturistas (en adelante el “**Agente Fiduciario**”), en relación con la segunda emisión por el Emisor de obligaciones ordinarias (*Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, com Garantia Adicional Fidejussória*) por valor total hasta R\$75.000.000,00 (setenta y cinco millones de reales), mediante *Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública, com*

Esforços Restritos de Colocação (adelante "**Emisión**"), y que serán objeto de distribución pública con restricciones a la colocación según los términos de la Instrucción de la *Comissão de Valores Mobiliários* ("CVM") nº 476, de 16 de enero de 2009, conforme ha sido modificada, con carácter adicional a la garantía sujeta a derecho brasileño otorgada por la sociedad **ABENGOA CONSTRUÇÃO BRASIL LTDA.**

Los Debenturistas notificarán al Garante por escrito cualquier substitución del Agente Fiduciario o el nombramiento de cualquier Agente Fiduciario adicional.

El Garante otorga por la presente una garantía solidaria a primer requerimiento (en adelante, la "**Garantía**") como garantía del cumplimiento por el Emisor de todas y cualesquiera obligaciones de pago presentes o futuras, sean respecto a principal, intereses, comisiones, multas, gastos o cualquier otro concepto, sean solidarias o mancomunadas, del Emisor frente al Agente Fiduciário o los Debenturistas bajo la Emisión (las "**Obligaciones Garantizadas**").

El Garante manifiesta conocer integralmente los términos de La Emisión y la documentación de su formalización, incluidos todos sus respectivos anexos.

La presente Garantía es una garantía solidaria a primer requerimiento, con carácter de garantía autónoma e independiente, funcionalmente abstracta y no accesoria de la Emisión, con objeto de responder de las Obligaciones Garantizadas derivadas de la Emisión.

En consecuencia, el Garante expresa e irrevocablemente renuncia a los beneficios de orden, excusión y división de los artículos 1830 y siguientes del Código Civil, así como a cualquier otro tipo de privilegio, excepción o derecho de oposición del que el Garante pudiera gozar por aplicación de la Ley o de cualquier otro modo.

De acuerdo con lo anterior, el Garante no tendrá derecho a realizar ninguna objeción, oposición, reclamación o excepción respecto de su obligación directa e irrevocable de pagar inmediatamente al [Agente Fiduciario] a su requerimiento; ni las excepciones que competan al Emisor ni las que sean inherentes a la propia deuda, ni la presentación o exhibición de cualquier tipo de acción o inicio de procedimientos judiciales o arbitrales podrán dar al Garante el derecho a rehusar o diferir el pago o a la acreditación por cualquier vía del incumplimiento de la Emisión.

Esta Garantía puede ser exigida en todo o en parte, en uno o varios requerimientos de pago (en adelante, el "**Requerimiento de Pago**").

La Garantía será exigible y podrá ser objeto de ejecución en caso de incumplimiento de todas o cualquiera de las Obligaciones Garantizadas bajo la Emisión, todo ello a primer requerimiento, de forma automática, tan pronto como el Agente Fiduciario efectúe la constatación del incumplimiento del Emisor, sin posibilidad de que el Garante pueda oponer frente al Agente Fiduciario ni a los Debenturistas ninguna compensación, excepción o reclamación, ante el simple requerimiento escrito del

all
77
A
42

Agente Fiduciario sustancialmente según el modelo adjunto como **Anexo 1** (en adelante, la "**Notificación de Requerimiento de Pago**"); teniendo en cuenta que (i) esta Notificación de Requerimiento de Pago debe ser entregada por vía fehaciente a las personas que ocupen los cargos indicados en este documento a efectos de comunicaciones; y (ii) el Agente Fiduciario puede entregar al Garante una o más Notificaciones de Requerimiento de Pago hasta alcanzar la cantidad máxima de las Obligaciones Garantizadas. Asimismo, no podrá exigirse por el Garante al Agente Fiduciario ni a los Debenturistas ninguna acción o requisito adicional, ni acreditación del incumplimiento, con independencia de la existencia entre ellos de cualesquiera otras operaciones comerciales u obligaciones derivadas de tales operaciones.

El Garante pagará a los Debenturistas al ser requerido por el Agente Fiduciario, en todo caso no más tarde de tres (3) Días Hábiles (tal y como este término se define más abajo) desde la fecha en que el Garante haya recibido del Agente Fiduciario la Notificación de Requerimiento de Pago, y el Garante realizará este pago de las Obligaciones Garantizadas a los Debenturistas, en fondos inmediatamente disponibles, mediante transferencia bancaria a la cuenta que el Agente Fiduciario le indique en la propia Notificación de Requerimiento de Pago (en adelante, la "**Cuenta de Pago**").

A los efectos de esta Garantía, "**Día Hábil**" significa cualquier día distinto al sábado, domingo, o festivo legal en que las instituciones bancarias en Sevilla, España, o São Paulo, SP, Brasil estén respectivamente autorizadas u obligadas por ley u orden ejecutiva a permanecer cerradas.

El pago se realizará, en todo caso, en reales brasileños y sin que sea preciso acompañar documento alguno a la Notificación de Requerimiento de Pago. En caso de que cualquiera de las cantidades exigibles al Garante en virtud de esta Garantía y de la Notificación de Requerimiento de Pago estén sujetas a deducción, impuesto, carga, compensación, reclamación o retención de cualquier naturaleza, la suma exigible al Garante deberá incrementarse en la cuantía necesaria de forma que, una vez practicadas todas las preceptivas deducciones la Cuenta de Pago reciba el importe neto equivalente a la suma que hubiera recibido de no haberse practicado dichas deducciones, de conformidad con la Notificación de Requerimiento de Pago.

No será necesario recabar el consentimiento expreso o tácito del Emisor para que el Garante efectúe el pago debido contra la presentación de la Notificación de Requerimiento de Pago, ni será exigible al Agente Fiduciario ni a los Debenturistas que inicien ningún tipo de acción judicial, administrativa, arbitral o de cualquier otra índole, antes o después de presentar la Notificación de Requerimiento de Pago.

Se pacta expresamente por las partes, que a los efectos previstos en los artículos 571 y siguientes de la Ley de Enjuiciamiento Civil y, en particular, a efectos de lo dispuesto en el artículo 572.2, se considerará como cantidad vencida, líquida y exigible el saldo que resulte de la liquidación que a estos efectos practique el Agente Fiduciario.

Para la ejecución de la presente Garantía serán de aplicación los artículos 517, 549 y 550 de la Ley 1/2000, de 7 de enero, de Enjuiciamiento Civil, pudiendo el Agente Fiduciario instar la acción ejecutiva conforme a la citada Ley.

La Garantía únicamente dejará de estar vigente una vez que haya tenido lugar el total cumplimiento de las Obligaciones Garantizadas de conformidad con el correspondiente Contrato Garantizado, sin que el hecho de que el Agente Fiduciario efectúe una reclamación bajo esta Garantía restrinja su derecho a ulteriores reclamaciones mientras la misma permanezca vigente.

Es motivo esencial para el otorgamiento de la Emisión, la realización por el Garante de las siguientes manifestaciones y garantías:

- (a) No contravención. El otorgamiento, entrega y ejecución de la presente Garantía no (i) contraviene ni constituye ningún incumplimiento de (x) ningún artículo de los estatutos sociales, la escritura de constitución, ni cualquier otro documento constitutivo del Garante, (y) cualquier otro acuerdo, contrato, autorización, sentencia o resolución del cual el Garante sea parte o que afecten a sus activos, o (z) cualquier ley, norma, circular, orden o decreto de cualquier Administración Pública; ni (ii) podrá causar la creación o imposición (ni obligación de crear o imponer) ningún gravamen sobre sus activos (o cualquier parte de tales activos).
- (b) No se requiere ningún tipo de consentimiento, permiso, licencia, autorización, convalidación, presentación, registro o exención por parte de ninguna Administración Pública para proceder al otorgamiento, entrega y ejecución de la presente Garantía, ni para cumplir o llevar a cabo las obligaciones que correspondan de acuerdo con los términos y condiciones de esta Garantía.
- (c) Información, manifestaciones y garantías. Toda la información y certificados que se han proporcionado para la firma de esta Garantía, así como todas las manifestaciones y garantías realizadas por el Garante con anterioridad o a la fecha de otorgamiento de esta Garantía que puedan ser proporcionados o realizados en cualquier momento posterior por el Garante o en su representación en virtud de esta Garantía o en conexión con ella, son y serán a tal fecha verdaderos, completos y exactos en todos sus extremos, y contienen y no omiten (y contendrán y no omitirán), en el momento en que se realicen, cualquier tipo de información o declaración que sea necesaria para que tal información, manifestación o garantía sea verdadera, completa y exacta en todos sus extremos.
- (d) Otros contratos. El Garante no es parte en ningún otro acuerdo, contrato (de cualquier naturaleza, incluyendo contratos de crédito y de préstamo), documento o instrumento, ni está sujeto a restricción alguna (societaria, legal o de cualquier otra naturaleza) que de alguna manera afecte o pueda afectar a la legalidad, validez o ejecutabilidad o a la capacidad del Garante para dar cumplimiento a las obligaciones que le corresponden conforme a esta Garantía.

- (e) Preferencia. Las obligaciones del Garante derivadas de la presente Garantía (i) constituyen (y en todo momento constituirán) obligaciones válidas y vinculantes; (ii) no están (y no estarán) subordinadas a ninguna otra obligación presente o futura del Garante; y (iii) tienen, al menos, la misma prioridad para su pago que cualquier otra obligación no garantizada, no condicionada y no subordinada del Garante, que exista en la actualidad o que sea asumida en el futuro, siempre que, en los casos de los apartados (ii) y (iii), no se haya iniciado una declaración de concurso frente al Garante de conformidad con la Ley 22/2003, de 9 de julio, Concursal. En tal caso, la subordinación y la prioridad para su pago estarán sujetas al régimen previsto en dicha Ley y en cualquier otra regulación posterior aplicable.
- (f) Otros compromisos. Otorgar y entregar al Agente Fiduciario cualquier documento y llevar a cabo cualquier acción en relación con esta Garantía y la Emisión, que el Agente Fiduciario pueda razonablemente solicitar para perfeccionar, proteger y mantener los derechos y garantías que ostenta el Agente Fiduciario en virtud de esta Garantía, así como pagar cualquier coste que se derive o esté relacionado con las estipulaciones anteriores, que deberá estar debidamente justificado.
- (g) Disolución, liquidación y/o concurso. El Garante se obliga a comunicar al Agente Fiduciario caso sea objeto de procedimientos de disolución, liquidación, cese de actividades, concurso o cualquier otro procedimiento similar, dentro de los cinco (5) días a partir de: (i) en general, la fecha de solicitud del procedimiento; o (ii) en el supuesto de que el procedimiento de insolvencia sea instado por terceros, desde la fecha en la que se tenga conocimiento del mismo.

Todas estas manifestaciones y garantías se entenderán reiteradas y reproducidas por el Garante en ocasión de cada Notificación de Requerimiento de Pago.

El Garante consiente, desde este momento, en que la presente Garantía se extienda también a cualesquiera modificaciones del Contrato Garantizado que pudieran ser convenidas por las partes del mismo, manteniendo la Garantía constituida toda su fuerza y efectos a pesar de las mismas.

El Agente Fiduciario queda autorizado para no requerir el pago de cantidades vencidas durante cierto período de tiempo, y queda facultado para otorgar a favor del Emisor cualquier prórroga en el pago de principal, intereses y cualquier otra cantidad que sea exigible por causa del Contrato Garantizado, sin necesidad de obtener el previo consentimiento del Garante. Cualquiera de estas prórrogas de pago no afectará a las obligaciones del Garante en virtud de esta Garantía, y en particular, el Garante renuncia por la presente expresamente a lo dispuesto en el artículo 1851 del Código Civil.

Esta Garantía puede ejecutarse o demandarse en todo o en parte, en una o varias reclamaciones, cuando el Emisor incumpla todas o cualesquiera de las Obligaciones

Handwritten signatures and initials: "elle", "17", "A", "R", "S".

Garantizadas en virtud del Contrato Garantizado, el Emisor acuerde su disolución o liquidación, o cuando se haya declarado su concurso.

Cuando el Garante proceda al efectivo pago de la totalidad de las Obligaciones Garantizadas, el Garante quedará subrogado en todos los derechos y obligaciones frente al Emisor. Sin perjuicio de lo anterior, el Garante se compromete por la presente a no instar acción de reclamación alguna contra el Emisor mientras subsista cualesquiera de las Obligaciones Garantizadas, o el Emisor mantenga cualesquiera importes pendientes de pago frente a los Debenturistas o al Agente Fiduciario.

El Garante no podrá ceder, ni en todo o en parte, los derechos y obligaciones resultantes de la Garantía, sin obtener el previo consentimiento por escrito del Agente Fiduciario.

Por su parte, en cualquier momento, el Agente Fiduciario y los Debenturistas podrán ceder, en todo o en parte, los derechos y obligaciones resultantes de la Garantía, sin necesidad de obtener el previo consentimiento por escrito del Garante.

Serán de cuenta del Garante todos los costes, gastos e impuestos de cualquier índole que se deriven o puedan derivar del otorgamiento, novación, reclamación, ejecución o cancelación de la Garantía, incluyendo, a título meramente enunciativo, los honorarios de abogados y de notarios.

Todas las comunicaciones y notificaciones que deban realizarse por las partes en virtud de la Garantía deberán efectuarse por escrito y de forma fehaciente y deberán ser remitidas a los domicilios y a la atención de los cargos que se indican a continuación:

ABENGOA, S.A.:

A la atención de: Director de Concesiones
(D. Jesús Ángel García-Quilez)

Dirección: Campus Palmas Altas, calle Energía Solar, 1, Sevilla

Correo electrónico: jgarciaquilez@abengoa.com

Teléfono: +34 954 93 71 11

Fax: +34 91 448 78 20

DEBENTURISTAS: a través del Agente Fiduciario

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.:

A la atención de: []

Dirección: []

Correo electrónico: []

Teléfono: []

Fax: []

La Garantía se rige por el Derecho español, y será interpretada bajo este Derecho.

A todos los efectos que resulten de la ejecución o interpretación de la Garantía, las partes de esta Garantía acuerdan someter todo litigio a los juzgados y tribunales de la ciudad de Madrid, en España, con renuncia expresa a su propio fuero, si otro les correspondiere por cualquier razón.

La presente Póliza de Garantía a Primer Requerimiento se formaliza con la intervención del Notario que figura en el encabezamiento, a los efectos de lo previsto en el Artículo 1.216 del Código Civil, el Artículo 517 de la Ley de Enjuiciamiento Civil, y demás legislación concordante.

Y yo el Notario hago constar que:

Los otorgantes, en la representación que ostentan reseñada en la intervención de la presente, tienen facultades representativas que son a mi juicio suficientes para la constitución de garantía a primer requerimiento que se documenta en la presente póliza.

Los comparecientes, según intervienen en la presente Póliza, manifiestan su conformidad y aprobación al contenido de la misma tal y como aparece redactado, extendida en hojas incluidos sus anexos, la otorgan y firman, con mi intervención.

Y yo el Notario, habiendo hecho las oportunas advertencias legales, DOY FE de la identidad de los comparecientes, de la legitimidad de sus firmas, de que a mi juicio tienen la capacidad y legitimación necesarias para el otorgamiento de la presente Póliza, de que el consentimiento ha sido libremente prestado, y de que el otorgamiento se adecua a la legalidad y a la voluntad debidamente informada de los otorgantes e intervinientes.

Madrid, a [] de noviembre de 2013.

ABENGOA, S.A.

p.p.: _____
[Firma de un representante autorizado]

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'B' and several smaller marks.

**CON MI INTERVENCIÓN
EL NOTARIO**

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado

lll
z A
ff
w

**PÓLIZA DE
GARANTÍA A PRIMER REQUERIMIENTO**

Anexo 1

NOTIFICACIÓN DE REQUERIMIENTO DE PAGO

Registro de Títulos e Documentos

4º Oficio - RJ

Anexo ao Documento Arquivado

ABENGOA, S.A.

[Dirección del Garante]

[Fecha]

Estimados Sres.:

La presente trae causa de la garantía a primer requerimiento de fecha [●] de [diciembre] de 2013, formalizada en póliza intervenida ante el Notario de Madrid, D. [●] (en adelante, la "**Garantía**"), prestada por **ABENGOA, S.A.** (en adelante, el "**Garante**") como garantía del cumplimiento por parte de la sociedad **ABENGOA CONCESSÕES BRASIL HOLDING, S.A.**, constituida bajo las leyes de Brasil, con CNPJ número 07.872.408/0001-00 y con domicilio social en Rio de Janeiro, Barra da Tijuca, Av. Belisário Leite de Andrade Neto, 80 (en adelante, el "**Emisor**"), de las Obligaciones Garantizadas detalladas en la citada Garantía, en beneficio de los Debenturistas representados por el Agente Fiduciario (ambos términos como se definen en la propia Garantía).

Los términos con mayúsculas iniciales tendrán los significados que se les haga constar expresamente en la Garantía, salvo que se les haya otorgado un significado específico en la presente comunicación.

Por tanto **[OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.]**, institución financiera debidamente constituida y existente de conformidad con las leyes vigentes en Brasil, con domicilio social en la Ciudad de Rio de Janeiro, Estado de Rio de Janeiro, Avenida das Américas 500, Bloco 13, Grupo 205, inscrita bajo el número CNPJ/MF 36.113.876/0001-91, en este acto representada por D. [datos del firmante] en su calidad de [representante/apoderado], como Agente Fiduciario, nombrado, representando la comunión de los Debenturistas, por la presente les requerimos, en ejecución de la Garantía, a que efectúen el pago de la cantidad de [●] [reales brasileños] mediante transferencia bancaria irrevocable a la cuenta bancaria número [●] abierta a nombre de [Agente Fiduciario/Debenturistas/otro] en la entidad [●], contra presentación de esta Notificación de Requerimiento de Pago y en todo caso en el plazo máximo de tres (3) Días Hábiles (tal y como este término se define en la Garantía) desde la fecha de recepción de esta Notificación de Requerimiento de Pago y de conformidad con lo dispuesto en la Garantía.

Atentamente,

all
3 A 17
R
10

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS S.A.,**

P.p. D. [*Firma de un representante autorizado*]

Registro de Títulos e Documentos
4º Ofício - RJ
Anexo ao Documento Arquivado

lli -
A
3
17
20
18